



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____/2023.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 043/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE SANTANA DO ITARARÉ, ESTADO DO PARANÁ, JOSÉ DE JESUZ IZAC, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ENCAMINHA A ESTA CASA O PRESENTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei Complementar nº 043/2021, que dispõe sobre a Nova Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santana do Itararé/PR - SANTANAPREV.

Art. 2º. O inciso III do artigo 28 da Lei Complementar nº 043/2021 passará a conter a seguinte redação:

"Art. 28. Os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, não serão destituíveis ad nutum, somente podendo ser afastados de suas funções depois de:

(...).

III - em caso de vacância, exceto decorrente de aposentadoria";

Art. 3º. O artigo 35 da Lei Complementar nº 043/2021 passará a conter a seguinte redação:

CONFERÊNCIA ATO LEGISLATIVO

TIPO:

DATA DA APRESENTAÇÃO: 1ª ____/____/____. 2ª ____/____/____.

TIPO DE REUNIÃO: 1ª () Extra () Ord. 2ª () Extra () Ord.

REGIME DE URGÊNCIA: () Sim () Não / () Aprovado () Reprovado

Contra:

A favor:

ENCAMINHADO PARA COMISSÕES: () Sim () Não

Qual:

RESULTADO DA 1ª VOTAÇÃO: () Aprovado () Reprovado

Contra:

A favor:

RESULTADO DA 2ª VOTAÇÃO: () Aprovado () Reprovado

Contra:

A Favor:

DISPENSA RED. FINAL: () Sim () Não

Vereador:

Visto

conferente.

Assinatura Vereadores:



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

"Art. 35. Em contraprestação ao desempenho de suas funções, poderá ser concedido, ao Diretor-Presidente e Diretor-Financeiro, uma gratificação mensal - FG-05 - no valor de R\$ 1.898,71, sob encargo do SantanaPrev".

Art. 4°. O inciso II do artigo 48 da referida Lei passará a conter a seguinte redação:

"Art. 48. O servidor fará jus à aposentadoria voluntária com proventos calculados na forma prevista no art. 64, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:
(...);
II- 25 (vinte e cinco) anos de contribuição;
(...)"

Art. 5°. O §5° do artigo 68 da referida Lei passará a conter a seguinte redação:

"Art. 68. (...)

§ 5°. O somatório da idade e do tempo de contribuição de que trata o inciso V do caput, para as pessoas a que se refere o §4°, incluídas as frações, será de 81 (oitenta e um) pontos, se mulher, e 91 (noventa e um) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 01 de janeiro de 2022, 1 (um) ponto a cada ano, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem".

Art. 6°. O inciso V do artigo 69 da referida Lei passará a conter a seguinte redação:



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

"Art. 69. (...).

V- período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, nada de entrada em vigor da Lei Complementar nº 043/2021, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II".

Art. 7º. O artigo 70 da referida Lei passará a conter a seguinte redação:

"**Art. 70.** O servidor que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data da entrada em vigor desta Lei cujas atividades tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, desde que cumpridos o tempo mínimo de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, na forma do art. 51 da Lei Complementar nº 043/2021, poderão aposentar-se quanto o total da soma resultante de sua idade e do tempo de contribuição e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de:(...)."

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 24 DE ABRIL DE 2023.

JOSÉ DE JESUZ IZAC
Prefeito do Município



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

JUSTIFICATIVA

ILMO. SENHOR PRESIDENTE,
NOBRES SENHORES VEREADORES.

Encaminhamos para análise desse Colendo Poder Legislativo, o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a Nova Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Santana do Itararé/PR - SANTANAPREV.

A primeira alteração se dá no inciso III do artigo 28 onde sugere a possibilidade de o servidor participante de qualquer dos conselhos, que compõe o sistema previdenciário municipal, permanecer atuante nestes conselhos após a concessão de aposentadoria.

No sistema atual, a vacância do cargo público decorrente da inatividade (aposentadoria) por si só destitui o servidor conselheiro, impedindo a sua continuidade na condição de conselheiro.

Como o sistema previdenciário é composto por ativos, inativos e pensionistas, necessário readequar este inciso permitindo a participação nos conselhos de servidores inativos.

A segunda alteração que se propõe é no artigo 35 da supracitada Lei no sentido de estender a Função



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

Gratificada - FG-05 no valor de R\$ R\$ 1.898,71 para o Diretor Financeiro do SantanaPrev.

Aqui usamos o termo estender porque o Diretor Presidente do SantanaPrev já é contemplado com a Função Gratificada - FG-05, não havendo qualquer alteração neste sentido, mas apenas conceder esta mesma gratificação ao Diretor Financeiro.

Vale realçar o fato de que a gratificação concedida aos membros do SantanaPrev é de responsabilidade do próprio Instituto de Previdência e por isso não ocasiona ônus ao Poder Executivo.

A próxima alteração diz respeito à harmonização do artigo 48 da referida Lei Municipal com o artigo 10, §1º, inciso I, alínea "b" da Emenda Constitucional nº 103/19, em razão de que a referida Emenda disciplina 25 (vinte e cinco) anos de contribuição enquanto que a Lei Municipal nº 043/2021 reza 35 (trinta e cinco) anos de contribuição.

Destarte, neste ponto merece adequação da legislação municipal com a EC 103/19.

Propomos, ainda, a alteração do §5º do artigo 68 da Lei supra, em razão de um erro sintético no que tange às regras de transição, sendo que deveria constar o ano de 2022,



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

passou a constar o ano de 2021. Logo a alteração aqui se limita a apenas de mudar o ano de 2021 para 2022 harmonizando a redação com a semântica legislativa.

Na sequência propomos a alteração do inciso V do artigo 69 da referida legislação para alterar a entrada em vigor das regras de transição, uma vez que na redação original a vigência se inicia com a EC nº 103/2019, quando deveria ser a vigência da Lei Complementar nº 043/2021, que dispõe sobre a Nova Reestruturação do Instituto de Previdência Municipal.

Propomos, outrossim, a alteração ao artigo 70 no tocante à referência que ele faz ao artigo 43, sendo que na realidade o mesmo faz referência ao artigo 51 da Lei Complementar nº 043/2021. Ou seja, mera formalidade.

Diante do exposto, necessário enfatizar que as alterações propostas no *artigo 48, II; artigo 68, §5º; artigo 69, V e artigo 70*, são apenas adequações formais à Emenda Constitucional nº 103/2019, e portanto não alteram substancialmente a Lei nº 043/2021, ressalvada a alteração do *artigo 28, III*, o qual permitirá a participação de servidores aposentados nos conselhos de previdência e do *artigo 35*, que cria gratificação ao Diretor Financeiro do SantanaPrev.

Portanto, solicitamos a esta edilidade a deliberação e aprovação do presente projeto de lei.



PREFEITURA MUNICIPAL

SANTANA DO ITARARÉ

Sendo o que tínhamos, renovo a Vossa Excelência e a seus pares, os préstimos de elevada estima e consideração.

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM 24 DE ABRIL DE 2023.

JOSÉ DE JESUZ IZAC
Prefeito do Município